



Associação Portuguesa
de Gestão de Resíduos

RELATÓRIO E CONTAS 2013

Índice

Mensagem do Director Geral.....	1
1. Introdução.....	2
1.1. Enquadramento Legal	2
1.2. Enquadramento Macroeconómico	3
2. A Associação.....	4
2.1. Órgãos sociais.....	5
3. Aderentes e Quantidades Declaradas.....	6
3.1. Produtores de EEE Aderentes	6
3.2. Produtores de PA Aderentes.....	7
3.3. Quantidades de EEE Declaradas.....	7
3.4. Quantidades de PA Declaradas	8
4. Rede de Operadores	9
4.1. Rede de Operadores SIGREEE	9
4.1.1. Operadores de Recepção e Transporte.....	9
4.1.1.1 Centros de Recepção.....	10
4.1.1.2 Pontos de Recepção	11
4.1.1.3 Pontos Electrão	11
4.1.1.4 Pontos de Recolha.....	11
4.1.1.5 Operadores Logísticos	12
4.1.2. Unidades de Tratamento e Valorização	12
4.2. Rede de Operadores SIGRPA.....	13
5. Recolha, Tratamento e Valorização	14
5.1. Recolha de EEE	14
5.1.1. Tratamento Selectivo	14
5.1.2. Reutilização, Reciclagem e Outras Formas de Valorização	15
5.2. Tratamento e Valorização de RPA.....	16
6. Comunicação e Sensibilização.....	17
7. Investigação e Desenvolvimento	18

7.1	Ponto Electrão Outdoor	18
7.2	Projecto WEEELABEX.....	19
7.3	Projecto WEEE 2020.....	19
8.	Actividade 2013 e objectivos para 2014	20
8.1.	Actividade realizada em 2013	20
8.2.	Objectivos e actividades para 2014.....	21
8.3.	Análise dos Principais Agregados do Balanço	22
8.4.	Análise dos Principais Agregados da Demonstração de Resultados.....	24
9.	Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Período.....	25
10.	Proposta de Aplicação de Resultados	26
11.	Demonstrações Financeiras	27
11.1.	Balanço	27
11.2.	Demonstração dos Resultados por Naturezas	28
11.3.	Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	29
11.4.	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	30
11.5.	Anexo.....	31
12.	Certificação Legal das Contas.....	48
13.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	50

Mensagem do Director Geral

Entre Janeiro e Dezembro de 2013, o indicador de clima económico nacional recuperou continuamente após um valor mínimo verificado em Dezembro de 2012. Essa tendência também se confirmou nas quantidades de equipamentos eléctricos e electrónicos e pilhas e acumuladores colocados no mercado e reportados pelos nossos aderentes. De acordo com essa informação, foram vendidas 24.857.900 unidades, mais de 682.000 que no ano anterior, o que representou um acréscimo de 2,8% face a 2012.

Em 2013, a AMB3E recolheu, triou e tratou mais de 32.000 toneladas de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, contribuindo assim de uma forma significativa para o cumprimento das metas deste fluxo específico pelo País. É de salientar também a continuação da aposta, no tratamento de todas as categorias representadas no seio da Associação com mais de 27% do total dessas quantidades pertencentes a fluxos perigosos (frigoríficos, monitores, lâmpadas) e no alargamento da rede de recolha para 613 pontos.

Após a publicação no Jornal Oficial da União Europeia da nova directiva relativa aos REEE, a AMB3E colaborou activamente com as autoridades nacionais, no processo de elaboração do projecto de diploma legal de transposição da mesma. A nível internacional, a AMB3E conjuntamente com outras 24 entidades gestoras europeias, constituiu-se como um dos membros fundadores da organização WEEELABEX (WEEE label of excellence), que irá promover a aplicação das melhores práticas e standards na gestão de REEE.

No âmbito das suas obrigações de sensibilização e informação, entre outras acções, a AMB3E abraçou o “Projecto 80”, que visou promover a educação ambiental para a sustentabilidade, conjuntamente com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a Direcção Geral de Educação (DGE), o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), a Quercus, e o Green Project Awards (GPA).

Para terminar, é de referir a continuação da redução dos custos operacionais iniciada em 2012, nomeadamente pela racionalização dos circuitos logísticos, permitindo assim prosseguir com a redução de ecovalores e contribuindo para a dinamização da procura de equipamentos eléctricos e electrónicos pelo mercado em 2014.

Jorge Vicente
Director Geral



1. Introdução

1.1. Enquadramento Legal

O Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro, estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (REEE). Nas palavras do legislador, este diploma legal tem como objectivo prioritário prevenir a produção de REEE e, subsequentemente, promover a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização, de forma a reduzir a quantidade e o carácter nocivo de resíduos a eliminar, contribuindo para melhorar o comportamento ambiental de todos os operadores envolvidos no ciclo de vida destes equipamentos. No quadro das obrigações impostas pelo referido no Decreto-Lei, os produtores de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (EEE) são responsáveis pelo financiamento da gestão dos resíduos provenientes dos produtos que colocam no mercado, e pela definição, individualmente ou através de uma entidade gestora, da referida rede de sistemas de recolha de REEE.

O diploma transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, e a Directiva n.º 2002/96/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, alterada pela Directiva n.º 2003/108/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Dezembro.

O Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores (PA) e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores (RPA), transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro.

A AMB3E obteve do Estado Português uma licença específica para a gestão de REEE, constante do Despacho conjunto n.º 354/2006, de 27 de Abril, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação. A licença foi prorrogada por período de 3 meses a partir de 1 de Janeiro de 2012, automaticamente renovável por iguais períodos até à emissão da nova licença (Despacho-conjunto n.º 1516/2012, dos Ministros da Economia e do Ambiente, publicado em Diário da República em 2 de Fevereiro).

A AMB3E obteve também do Estado Português em 2010 o licenciamento para a gestão de Resíduos de Pilhas e Acumuladores (RPA) pelo Despacho n.º 1262/2010, do Ministério do Ambiente, publicado em Diário da República do dia 19 de Janeiro de 2010.



1.2. Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2013 representou um ponto de viragem na evolução da economia Portuguesa, na mediada em que confirmou – especialmente através do comportamento verificado a partir do segundo semestre, e de forma mais marcada no último trimestre – uma forte desaceleração no ritmo de quebra anual do PIB (diminuição de 1,4%, que compara com uma diminuição de 3,2% verificada em 2012 e com uma previsão de -1,9%, em sede de projecções do Banco de Portugal / boletim de Inverno de 2012).

A procura interna registou uma queda de 2,6% (-6,6% em 2012), sendo que para este comportamento influíram decisivamente a evolução quer do consumo privado (-1,7% vs. -5,3% em 2012) quer do consumo público (-1,7% vs. -4,7% em 2012), sintomáticos de uma inversão de tendência que – de acordo com as projecções do boletim de Inverno do Banco de Portugal de 2013 – se traduzirá num crescimento efectivo, ainda que ténue, deste indicador (0,1%), contribuindo para suportar uma previsão de crescimento do PIB em 2014 de 0,8%.

O indicador de confiança dos consumidores inverteu a trajectória descendente assinalada nos dois anos anteriores, apresentando um movimento ascendente ao longo de todo o ano e que veio a consubstanciar-se no seu valor máximo desde Janeiro de 2010 (fonte: INE – inquéritos de conjuntura às empresas e consumidores – Fevereiro 2014).

Ainda de acordo com a fonte indicada no parágrafo anterior, o indicador de confiança do comércio apresentou uma acentuada trajectória ascendente ao longo de todo o ano, atingindo mesmo o valor mais elevado desde Julho de 2004, sobretudo em resultado do contributo positivo das opiniões sobre as perspectivas de actividade.

A taxa de desemprego situou-se, em média anual, nos 16,3%, representando um acréscimo de 0,6 pontos percentuais face ao ano anterior. Todavia, a taxa de desemprego estimada para o quarto trimestre foi de 15,3%, valor inferior em 0,3 pontos percentuais ao verificado no trimestre anterior.

A nível de IHPC (índice harmonizado de preços no consumidor), a taxa de variação média foi de 0,4% (2,8% no ano anterior), sendo a variação homóloga, em Dezembro de 2013, de 0,2%.

Em modo de conclusão, as projecções do Banco de Portugal (boletim de Inverno 2013 / projecções para a economia Portuguesa: 2013-2015) englobam um perfil de progressiva recuperação da procura interna. A evolução deste agregado ao longo do horizonte de projecção, em particular no que se refere ao consumo público e ao consumo privado, continuará, no entanto, a ser condicionada pelo processo de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado, e pela manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho, pelo que as perspectivas de evolução do mercado nacional de EEE para 2014 apontam para uma estabilização da situação vivida em 2013, que representou uma recuperação, ainda que ligeira, face ao volume de colocação no mercado verificado em 2012.



2. A Associação

A AMB3E é uma Associação de direito privado, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, cuja escritura de constituição foi outorgada a 27 de Abril de 2005, com sede na Quinta da Fonte, Edifício D. José – piso 0 – Rua Quinta da Quintã, nº 1 e 1A, no concelho de Oeiras, com o principal fim associativo de gestão de resíduos e objectivo primordial de implementar e desenvolver um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (SIGREEE).

A AMB3E tem também como objectivo a gestão de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Pilhas e Acumuladores (SIGRPA).

A visão da AMB3E é a de liderar em Portugal a Gestão de REEE, ganhando o reconhecimento das instituições oficiais com que se relaciona e dos cidadãos em geral, pelo serviço prestado à comunidade.

Os órgãos da Associação definidos nos respectivos Estatutos actuam em mandatos com a duração de dois anos, sendo permitida recondução ou reeleição dos respectivos membros por uma ou mais vezes, e são os seguintes:

- a) A Assembleia Geral;
- b) As Assembleias de Fileiras;
- c) O Conselho de Administração;
- d) O Conselho Fiscal;
- e) A Comissão de Arbitragem.



2.1. Órgãos sociais

Os órgãos da AMB3E, à data de 31 de Dezembro de 2013, eram os seguintes:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
MÍELE PORTUGUESA MÁQUINAS INDUSTRIAIS E ELECTRODOMÉSTICOS, LDA.

Fileira 1
BSHP - ELECTRODOMÉSTICOS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.

Fileira 1A
DAIKIN AIRCONDITIONING PORTUGAL, S.A.

Fileira 2
GROUPE SEB IBÉRICA, S.A.

Fileira 4
SAMSUNG ELECTRÓNICA PORTUGUESA, S.A.

Fileira 5
OSRAM - EMPRESA DE APARELHAGEM ELÉCTRICA, LDA.

Fileira 6
ROBERT BOSCH, S.A.

Fileira 8
SIEMENS, S.A.

Fileira 9
SIEMENS, S.A.

Fileira 10
WINCOR NIXDORF PORTUGAL, LDA.

Fileira 11
BLACK & DECKER, LIMITED, SARL.

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente
CANDY HOOVER PORTUGAL, LDA.

Secretário
ANTÓNIO MEIRELES, S.A.

CONSELHO FISCAL

Presidente
PHILIPS PORTUGUESA, SA.

Vice-Presidente
LEGRAND ELÉCTRICA, SA.

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.



3. Aderentes e Quantidades Declaradas

Todos os produtores que transferem a responsabilidade para a AMB3E em matéria de gestão de REEE e / ou RPA, decorrente da colocação no mercado dos seus produtos, são considerados produtores aderentes. Estes mesmos podem aderir à AMB3E em duas categorias distintas: as empresas associadas e as empresas utentes. As primeiras beneficiam das condições de gestão de REEE e / ou RPA providenciadas pela AMB3E, decorrentes da transferência de responsabilidade para a mesma, tendo ainda presença e poder de voto em Assembleia-Geral e nas Assembleias de Fileira. As empresas que adiram como utentes, têm contrato com a AMB3E para a transferência da responsabilidade, beneficiando da gestão de REEE e / ou RPA, sem intervirem nos destinos da AMB3E enquanto Associação de produtores de EEE e / ou PA.

3.1. Produtores de EEE Aderentes

A AMB3E tem alargado a base de aderentes que lhe transferem a responsabilidade de gestão de REEE. Em 2013 o número total de aderentes da AMB3E foi de 1.166, registando um acréscimo de 5,8% em relação ao ano anterior (1.102 aderentes).

Na figura seguinte pode constatar-se o aumento praticamente contínuo do número de aderentes da AMB3E que tem sido obtido desde o início da actividade enquanto entidade gestora do SIGREEE.

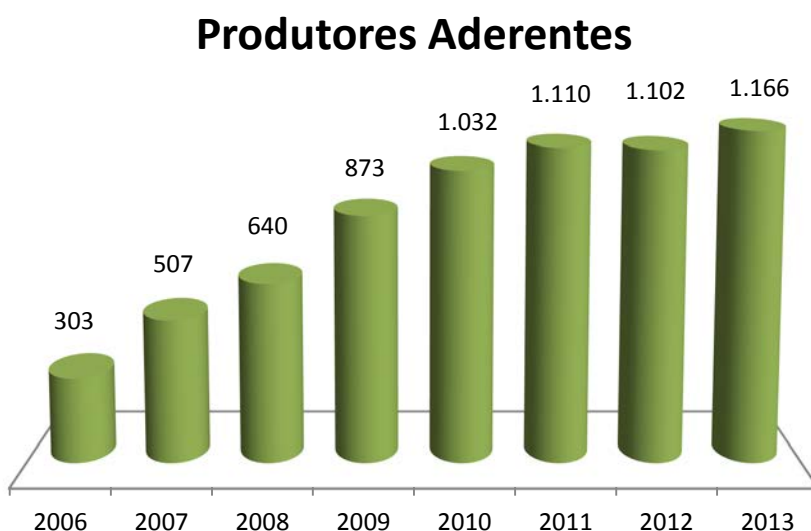


Figura 1 – Evolução do número de aderentes da AMB3E 2006 - 2013



3.2. Produtores de PA Aderentes

Em 2013 o número total de aderentes da AMB3E foi de 268 produtores. Na figura seguinte pode constatar-se a evolução do número de aderentes da AMB3E, referentes à gestão de PA.

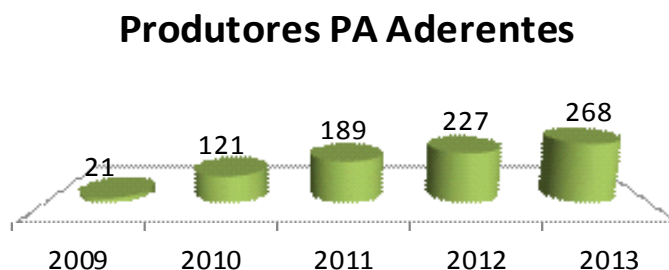


Figura 2 – Evolução do número de produtores de PA aderentes da AMB3E 2009 - 2013

3.3. Quantidades de EEE Declaradas

Os produtores aderentes da AMB3E colocaram no mercado nacional durante o ano 2013 80.567 toneladas e 23,8 milhões de unidades de equipamentos eléctricos e electrónicos.

Como se observa nas duas figuras seguintes, as quantidades de EEE, em peso e em unidades, declaradas à AMB3E apresentam uma evolução positiva em relação ao ano 2012.

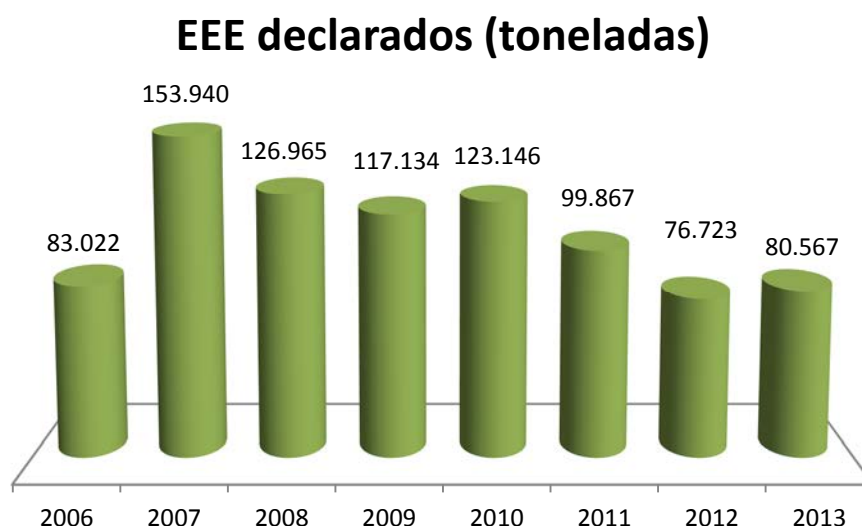


Figura 3 – EEE declarados, em toneladas, à AMB3E 2006 – 2013



EEE declarados (milhares de unidades)

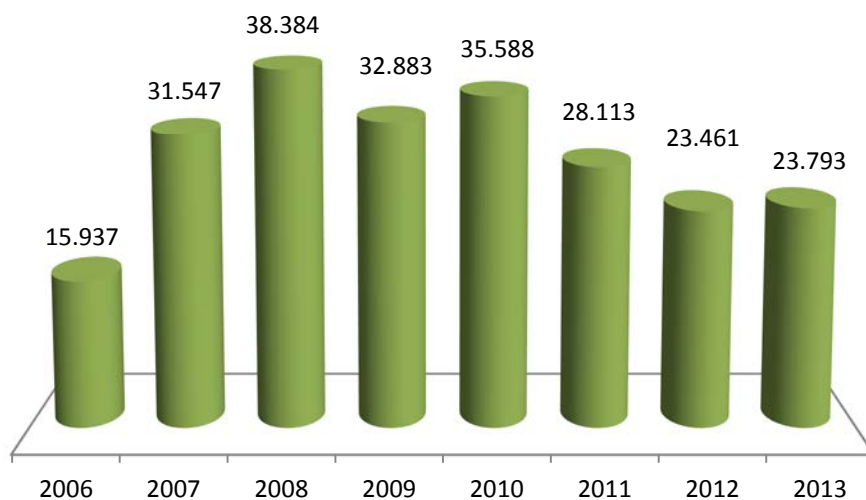


Figura 4 – EEE declarados, em milhares de unidades, à AMB3E 2006 – 2013

3.4. Quantidades de PA Declaradas

Os produtores de PA aderentes da AMB3E colocaram no mercado nacional durante o ano 2013 cerca de 126,9 toneladas de pilhas e acumuladores, correspondentes a aproximadamente 1.064,9 milhares de unidades, tal como se pode observar nas duas figuras seguintes.

PA declaradas à AMB3E (toneladas)

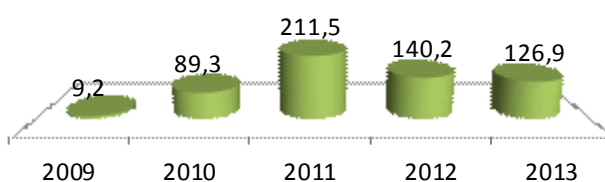


Figura 5 – PA declaradas, em peso, à AMB3E 2009 – 2013

PA declaradas à AMB3E (milhares de unidades)

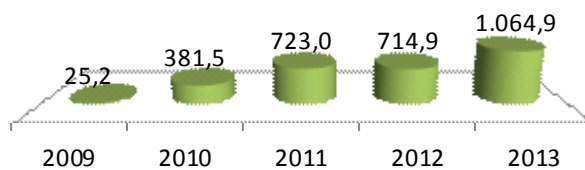


Figura 6 – PA declaradas, em unidades, à AMB3E 2009 – 2013



4. Rede de Operadores

4.1. Rede de Operadores SIGREEE

A rede de operadores da AMB3E constitui o núcleo operacional do SIGREEE, realizando no terreno as operações de recolha, armazenamento, transporte, triagem, tratamento e valorização de REEE.

Através dos operadores e da actividade operacional própria, a AMB3E disponibiliza junto dos produtores e detentores de REEE um conjunto de soluções que asseguram a recolha e o encaminhamento adequado dos resíduos para tratamento e valorização.

Neste âmbito, a AMB3E dispõe de 4 tipos de locais de recolha/recepção de REEE:

- Centros de Recepção
- Pontos de Recolha
- Pontos Electrão
- Pontos de Recepção

Os resíduos recepcionados são armazenados e posteriormente transportados recorrendo a:

- Operadores Logísticos

Estes encaminham os REEE para tratamento e valorização nas:

- Unidades de Tratamento e Valorização (UTV)

A rede de operadores da AMB3E tem presença em todo o território nacional, incluindo o Continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

4.1.1. Operadores de Recepção e Transporte

A AMB3E tem desenvolvido a sua rede de recepção e transporte, para assegurar o cumprimento dos objectivos em matéria de recolha de REEE. A rede encontra-se bastante consolidada e tem vindo a ser ajustada na procura da optimização do desempenho do sistema de gestão tanto ao nível técnico como económico. Em 31 de Dezembro de 2013 a rede da AMB3E apresentava um total de 613 locais de recepção, incluindo 89 Centros de Recepção, 75 Pontos de Recepção, 191 locais com Pontos Electrão e 258 Pontos de Recolha, dos quais 35 na Distribuição.



Na figura seguinte pode observar-se a evolução da rede de recepção da AMB3E desde 2006.

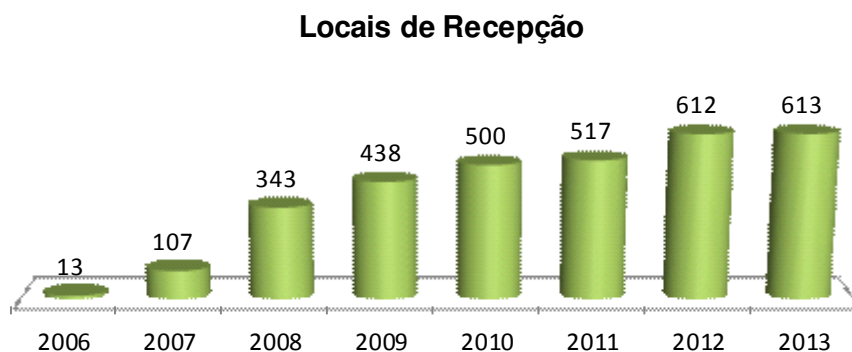


Figura 7 – Evolução da rede de locais de recepção da AMB3E 2006 - 2013

4.1.1.1 Centros de Recepção

Os Centros de Recepção representam os locais por excelência de recepção de REEE. Trata-se de locais abertos ao público, com condições de infra-estrutura e recursos humanos com capacidade para assegurar a recepção dos REEE, tratar da sua gestão operacional e da gestão administrativa do processo.

As obrigações dos centros de recepção AMB3E são as seguintes:

- Aceitar gratuitamente os REEE de proveniência particular. Para os REEE de proveniência não particular os centros de recepção deverão aceitá-los sem encargos para o utilizador desde que estes tenham sido colocados no mercado após 13 de Agosto de 2005 ou mediante instruções da AMB3E;
- Providenciar a triagem dos REEE recepcionados em 5 fluxos operacionais: grandes equipamentos, equipamentos de arrefecimento e refrigeração, equipamentos diversos, cinescópios de monitores e aparelhos de televisão (cinescópico) e lâmpadas fluorescentes de descarga, de forma a efectuar um encaminhamento mais eficiente para valorização;
- Cuidar pelo adequado desempenho das operações para que estão licenciados/autorizados;
- Fornecer, em tempo real, à entidade gestora informação relativa às quantidades de REEE que entram e saem das suas instalações;
- Actuar como agentes de disseminação de informação e sensibilização, beneficiando do contacto directo que estabelecem com os utilizadores, para que estes adoptem um comportamento correcto e assim contribuam para o bom funcionamento do sistema integrado de gestão de REEE;



- Permitir a realização de auditorias e acções de verificação por parte da AMB3E disponibilizando a informação requerida, que apenas incidirá sobre a actividade realizada no âmbito do SIGREEE gerido pela AMB3E;
- Armazenar temporariamente os REEE respeitando as especificações técnicas definidas no Anexo III do Decreto-Lei n.º230/2004, de 10 de Dezembro.

Em 31 de Dezembro de 2013 a rede da AMB3E apresentava um total de 89 Centros de Recepção, em todo o território nacional.

4.1.1.2 Pontos de Recepção

Os Pontos de Recepção constituem locais da rede da AMB3E equipados com contentores para o desempenho da actividade de gestão de REEE. São constituídos essencialmente por Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.

Estes locais de recepção de REEE foram criados no âmbito da rede AMB3E, como forma de alargar a abrangência desta a regiões por vezes não dotadas de infra-estruturas de raiz, mas que apresentam condições de espaço, localização e de recursos humanos para o enquadramento como soluções de recepção de REEE.

Em 31 de Dezembro de 2013 a rede da AMB3E apresentava um total de 75 Pontos de Recepção.

4.1.1.3 Pontos Electrão

Os Pontos Electrão constituem equipamentos de recepção de resíduos em locais muito próximos dos consumidores e do público em geral, nomeadamente em espaços comerciais, que permitem a entrega dos equipamentos em fim de vida e em simultâneo constituem meios de divulgação da AMB3E junto dos consumidores.

Em 31 de Dezembro de 2013 a rede da AMB3E dispunha de 191 locais com Pontos Electrão.

4.1.1.4 Pontos de Recolha

Os Pontos de Recolha permitem à AMB3E disponibilizar equipamentos de recepção e armazenagem de REEE, com a volumetria e a mobilidade adaptadas às necessidades de utilização nos espaços principalmente da distribuição, embora também possa incluir parceiros cujos espaços apresentam características semelhantes e são considerados úteis para a rede de recolha da AMB3E.

Em final de 2013 a AMB3E dispunha de 258 Pontos de Recolha, dos quais 35 na Distribuição.



4.1.1.5 Operadores Logísticos

Os REEE são recolhidos na rede da AMB3E nos seus diversos tipos de locais de recepção de acordo com o que se apresentou nas secções anteriores. Com o objectivo de assegurar o tratamento e valorização, os REEE recolhidos são transportados para as Unidades de Tratamento e Valorização, em operações realizadas por Operadores Logísticos contratados pela AMB3E.

A rede de operadores logísticos tem vindo a ser desenvolvida e ajustada pela AMB3E para otimizar a recolha e transporte de REEE em todo o território nacional. A figura seguinte apresenta a evolução registada desde 2006.

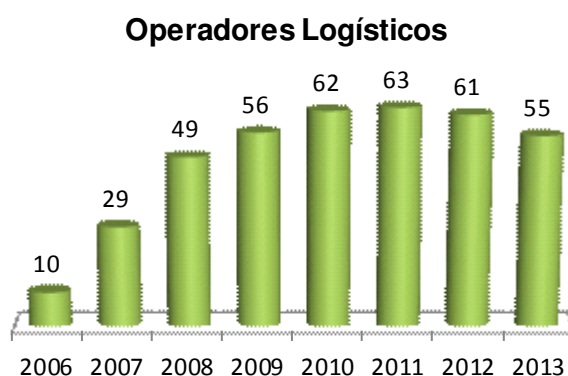


Figura 8 – Evolução da rede de transporte da AMB3E 2006 - 2013

4.1.2. Unidades de Tratamento e Valorização

A totalidade dos REEE recolhidos pela AMB3E são encaminhados para unidades de tratamento e valorização, nas quais se processa a remoção selectiva de componentes e a separação adicional de outros componentes e de fracções materiais que são posteriormente enviadas para valorização ou, quando tal não é possível, para eliminação.



Figura 9 – Evolução da rede de tratamento e valorização da AMB3E 2006 - 2013



As Unidades de Tratamento e Valorização da AMB3E possuem, no seu conjunto, capacidade para tratar todos os tipos de REEE. As 10 categorias legais de REEE definidas no Decreto-lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro são processadas em 5 fluxos operacionais com base nas tecnologias de processamento actualmente existentes.

Tabela 1 – Correspondência entre fluxos operacionais e categorias legais

Fluxos Operacionais (1)	Categorias Legais (2)
A - Grandes equipamentos	1, 10
B - Equipamentos de arrefecimento e refrigeração	1, 8 e 10
C – Equipamentos diversos	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10
D – Lâmpadas fluorescentes e de descarga	5
E – Monitores e televisores (CRT)	3 e 4

Nota: (1) Fluxos de gestão operacional de REEE

(2) Anexo I do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro

4.2. Rede de Operadores SIGRPA

Relativamente aos resíduos de pilhas e acumuladores, a AMB3E procura desenvolver a sua rede de parceiros, para assegurar as condições operacionais de recolha, armazenagem, transporte e valorização. A rede de parceiros operacionais da AMB3E envolve os seguintes tipos de operadores:

Locais de recepção de RPA

- Centros de Recepção

Recolha e transporte de RPA

- Operadores Logísticos

Armazenamento e consolidação de RPA e preparação para valorização

- Plataforma de Consolidação

Transporte consolidado de RPA

- Operadores Logísticos

Tratamento e Valorização de RPA

- Unidades de Tratamento e Valorização de RPA

Sempre que possível a AMB3E procura desenvolver as sinergias entre os operadores das suas redes de gestão de REEE e de RPA, de modo a otimizar globalmente os resultados, assegurando o cumprimento dos objectivos da gestão de cada um dos fluxos específicos de resíduos.



5. Recolha, Tratamento e Valorização

5.1. Recolha de EEE

Em 2013 a AMB3E assegurou a recolha de REEE das 10 categorias legais, perfazendo um total a nível nacional de **32.092.256 kg** de REEE, correspondentes a **3,0 kg/habitante/ano**¹.

Para o total, contribuiu a recolha de REEE nas Regiões Autónomas, a saber:

- Região Autónoma dos Açores: **367.606 kg**;
- Região Autónoma da Madeira: **321.511 kg**.

Na figura seguinte apresenta-se o resultado da AMB3E ao nível da recolha de REEE, por categoria legal em 2013.



Figura 10 – REEE recolhidos em Portugal, por categoria legal

Tratamento e Valorização de REEE

5.1.1. Tratamento Selectivo

Os REEE recolhidos são integralmente encaminhados para tratamento na rede AMB3E.

As Unidades de Tratamento e Valorização procedem à separação dos componentes listados no Anexo II do Decreto-lei n.º230/2004, assim como ao tratamento específico indicado. Em seguida apresenta-se a lista de componentes separados dos REEE na rede AMB3E:

- Condensadores com PCB;
- Componentes com mercúrio;
- Pilhas e baterias;

¹ Considerando a população residente em Portugal 10.562.178 habitantes (último dado disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estatística em Novembro de 2012 referente ao ano 2011).



- Placas de circuitos impressos;
- Toners/tinteiros;
- Plástico com retardador de chama;
- Resíduos com amianto;
- Tubos raios catódicos (CRT);
- CFC/HCFC/HFC/HC;
- Lâmpadas de descarga de gás;
- Ecrãs cristais líquidos (LCD);
- Cabos eléctricos (exteriores);
- Componentes fibras cerâmicas refractárias;
- Betão.

Em 2013, os componentes separados de REEE no cumprimento dos requisitos do Anexo II do Decreto-lei n.º230/2004, corresponderam a **18,3%** da massa total dos REEE recolhidos e tratados pela AMB3E.

Componentes de Remoção Obrigatória

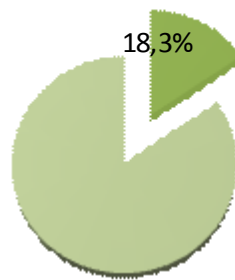


Figura 11 – Componentes de remoção obrigatória removidos de REEE

5.1.2. Reutilização, Reciclagem e Outras Formas de Valorização

Em 2013, a AMB3E assegurou o cumprimento das metas de reutilização/reciclagem de REEE em todas as 10 categorias legais, como se pode observar na figura seguinte.



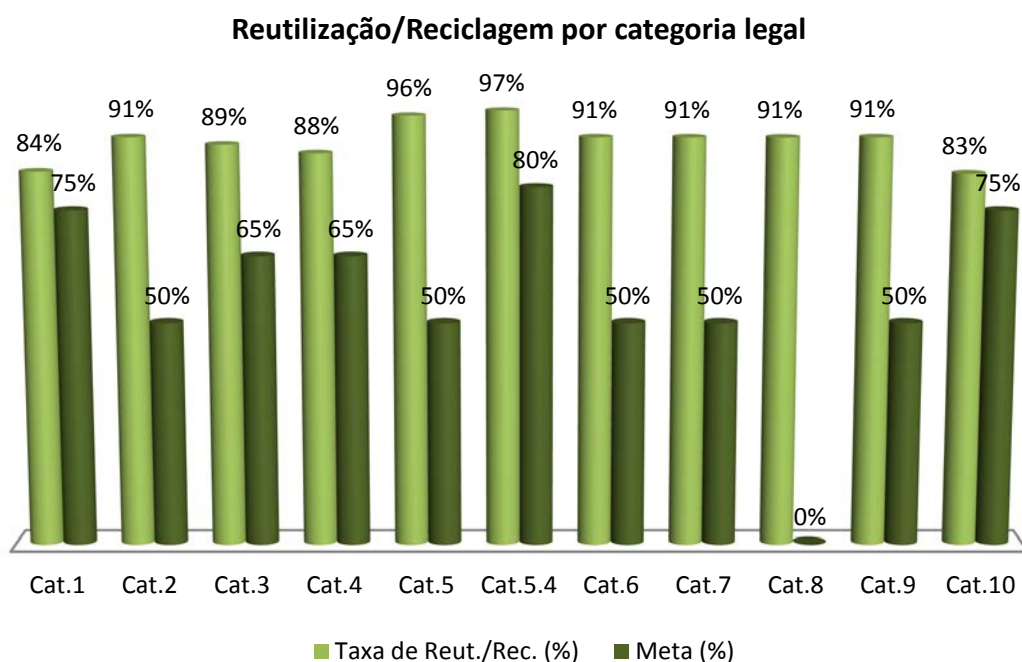


Figura 12 – Taxas de reutilização/reciclagem de REEE

A AMB3E desenvolveu actividades de promoção da reutilização de equipamentos eléctricos e electrónicos, nomeadamente pelo apoio a entidades que reutilizam EEE segundo uma lógica social e sem fins lucrativos, procurando estimular o desenvolvimento de oportunidades de integração de pessoas no mercado de trabalho e de criação de novas actividades.

Neste contexto, em 2013 a AMB3E promoveu a reutilização de um total de **15.079 kg** de equipamentos eléctricos e electrónicos, nomeadamente através do banco de bens doados da Entajuda.

5.2. Tratamento e Valorização de RPA

Em 2013, a AMB3E assegurou a recolha de **27.664 kg** de RPA, na sua totalidade resíduos de pilhas portáteis (RPAP).

Refira-se que em relação aos resíduos de pilhas industriais incorporáveis em equipamentos eléctricos e electrónicos (RPAI) a AMB3E encontra-se em condições para assegurar a recolha de RPAI com base nas condições das modalidades complementares a implementar explanadas no memorando remetido à Agência Portuguesa do Ambiente em Maio de 2011, aguardando a aprovação do mesmo para tal efeito.

De acordo com o modelo operacional da AMB3E, os RPA recolhidos são armazenados de forma consolidada, até assegurar quantidades mínimas para um eficiente encaminhamento para tratamento e valorização na unidade contratada para o efeito pela Associação.



Em 2013 a Associação accionou pela primeira vez MTR's (movimentos transfronteiriços de resíduos) para tratamento e valorização de RPA junto da acima referida unidade, num total de **44.483 kg**.

6. Comunicação e Sensibilização

Conforme legalmente previsto, compete à AMB3E promover a realização de campanhas de sensibilização sobre a gestão de REEE e de RPA. Os objectivos fundamentais da estratégia de comunicação da AMB3E são:

- Desenvolver uma comunicação dirigida, sistemática e concreta, orientada para as realizações;
- Informar e sensibilizar os utilizadores particulares e não particulares, de forma a promover a sua adesão aos programas delineados;
- Reforçar a difusão de informação junto dos agentes do sistema, em particular daqueles mais próximos do consumidor final.

Em 2013 a AMB3E realizou campanhas de informação ao público e aos seus parceiros tendo igualmente desenvolvido diversas actividades para divulgação dos seus sistemas de gestão. Em seguida apresentam-se as principais acções desenvolvidas pela AMB3E na área de comunicação e sensibilização:



- Desenvolvimento do projecto “POW- Dá POWER ao Electrão”, acção de âmbito nacional, dirigida à comunidade estudantil, que pretende - usando novos meios de media - difundir a necessidade de reciclar os equipamentos eléctricos e electrónicos e a importância do Ponto Electrão para a recolha e correcto encaminhamento dos mesmos;



- Patrocínio da 2ª edição do “Projeto 80”, outro projecto de âmbito nacional especificamente dirigido à comunidade escolar, mas envolvendo outras entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos e cuja organização é assegurada pelo Governo de Portugal, pelo Instituto Português do Desporto e Juventude e pelo Green Project Awards Portugal;
- Apoio ao 7º Fórum Nacional dos Resíduos, tendo o director geral da AMB3E marcado presença enquanto orador;
- Continuidade de presença no portal do GEOTA, no âmbito do projecto “O Meu Eco-Sistema”;
- Continuidade da parceria estabelecida com a Quercus;
- Participação com anúncio alusivo ao ponto electrão e com conteúdos sobre acções de sensibilização desenvolvidas pela AMB3E, na newsletter “Ambinews”;
- Patrocínio do IX Encontro AGEFE, incluindo participação do director geral, na qualidade de orador do painel da tarde;
- Participação no projecto “Mochila Verde” que integra o livro “O ambiente nas nossas mãos”, organizado pela Lisboa E-Nova;
- Presença no programa “Curto Circuito” da SIC Radical no âmbito do “Projeto80” e das iniciativas desenvolvidas pela AMB3E, dirigidas aos mais jovens;
- Presença do director geral na Sic Notícias, no programa “Economia Verde”;
- Participação com o jogo “Apanha os REEE” no evento “VOICES”, que teve lugar no Pavilhão do Conhecimento;
- Inserção contínua de conteúdos no perfil de *facebook* da Associação.

7. Investigação e Desenvolvimento

No decurso de 2013 a Associação promoveu e / ou apoiou diversos projectos de investigação e desenvolvimento, dos quais se destacam os seguintes:

7.1 Ponto Electrão Outdoor

Iniciado em 2012 e com o apoio financeiro da Agência Portuguesa do Ambiente, o projecto consistiu na concepção, fabrico e teste de um novo equipamento para a recepção de REEE, que permita a utilização em espaços públicos de acesso livre para a recolha de proximidade de resíduos, procurando melhorar o desempenho do sistema integrado. Em 2012 foi materializado o conceito, sendo desenvolvidos e



fabricados 5 protótipos do Ponto Electrão Outdoor, que foram instalados em locais previamente definidos em conjunto com as autoridades municipais. Em 2013 deu-se continuidade à monitorização da quantidade e qualidade dos resíduos depositados. A rede experimental de 5 Pontos Electrão Outdoor encontra-se instalada em 5 concelhos (Sintra, Oeiras, Loulé, Albufeira e Coruche) representativos de 3 distritos (Lisboa, Faro e Santarém) e permite servir um total estimado de mais de 680.000 cidadãos.

7.2 Projecto WEEELABEX

Do original “WEEE Label of Excellence”, que significa rótulo de excelência para tratamento dos REEE. Também no âmbito das actividades desenvolvidas no WEEE Forum, o projecto visa o desenvolvimento de um conjunto de normas Europeias de referência a nível internacional sobre a recolha, triagem, armazenagem, transporte, tratamento e eliminação de todos os tipos de REEE. O projecto é co-financiado pela União Europeia, no âmbito do Programa LIFE.

Em 2013, o WEEELABEX constituiu-se com entidade jurídica autónoma e conta com a participação de 2 colaboradores da AMB3E nos seus corpos técnicos e de decisão.

Com o objectivo de se garantirem sinergias operacionais, com inevitáveis racionalizações de recursos nas Unidades de Tratamento e Valorização, a AMB3E convidou a ERP Portugal para iniciar e materializar o projecto em Portugal. Em 2013 foram realizadas auditorias WEEELABEX nas 3 maiores unidades de tratamento e valorização de REEE que têm contrato com ambas as entidades gestoras, para testar os procedimentos supra referidos.

Também em 2013 iniciou-se o acompanhamento do CENELEC, via Instituto Português da Qualidade, para a aprovação da norma europeia EN 50625-1.



7.3 Projecto WEEE 2020

O principal objectivo deste projecto, desenvolvido em parceria firmada entre os diversos intervenientes da área dos REEE, visa a definição de um guião (“roadmap”) estratégico desenvolvido ao longo de toda a cadeia de valor dos REEE para reciclagem de matérias-primas críticas e/ou valiosas presentes nos REEE, de forma a transformar radicalmente o sector, melhorando o seu desempenho, e aumentar drasticamente as quantidades de REEE recolhidos, em especial dos que contém matérias-primas críticas e/ou valiosas, com benefícios ambientais e de distribuição de recursos da EU. Com este guião pretende-se: melhorar as infraestruturas de reciclagem; utilizar as melhores técnicas disponíveis para uma recuperação ambiental e economicamente viável; desenvolver uma abordagem inovadora a nível de recuperação centrada no produto e que se baseia na composição dos REEE; criar um inventário da situação actual para



umentar a base de conhecimentos sobre matérias-primas secundárias em veículos em fim de vida, REEE e RPA; criar redes de intercâmbio de informação para melhorar o nível de conhecimentos da UE para benefício de todas as partes interessadas; desenvolver e implementar novos padrões para alcançar o melhor desempenho ambiental e salvaguardar contra as actividades ilegais; desenvolver soluções TIC avançadas para controlar e rastrear os resíduos e alterar o comportamento dos consumidores através de inovação social.

Este objectivo, compilado no “WEEE 2020” será desenvolvido em 5 projectos: “Mapping the Urban Mine”, “WEEE CoRe”, “WEEE Tracker”, “WEEE Innovate” e “WEEE+BATT Excellence”, geridos separadamente para que exista um maior enfoque em cada uma das questões, cabendo à AMB3E a gestão directa do “WEEE CoRe” e um acompanhamento do “WEEE Tracker”.

As acções previstas no “WEEE 2020” serão desenvolvidas ao longo de 6 anos (2015-2020) sendo que, para tal, serão necessários recursos financeiros consideráveis. Neste sentido, este programa será submetido ao programa europeu de financiamento para a investigação e inovação, “Horizon 2020”, durante o ano de 2014.

No âmbito da elaboração da parceria e do planeamento do projecto “WEEE 2020”, durante o ano de 2013, foram realizadas 3 reuniões internacionais. A AMB3E esteve ainda presente em 3 sessões informativas do “Horizon 2020” que decorreram em Portugal.

8. Actividade 2013 e objectivos para 2014

8.1. Actividade realizada em 2013

No decurso de 2013 a AMB3E participou e desenvolveu diferentes acções no âmbito da sua competência, quer em Portugal quer no estrangeiro, na prossecução dos seus objectivos de gestão. Neste âmbito destacam-se as seguintes actividades:

- Promoção de novas adesões e regularização da base de aderentes não activos ou extintos no decorrer das alterações económicas verificadas no sector;
- Participação em diferentes fóruns e conferências nacionais e no estrangeiro, consolidando a representatividade da Associação;
- Reforço da rede de parceiros operacionais, garantindo a capacidade de recolha em todo o território nacional e racionalização das condições técnicas da infra-estrutura de recolha, transporte e tratamento contribuindo para um melhor desempenho económico dos seus sistemas de gestão;
- Promoção do cumprimento do tratamento selectivo de REEE, com a remoção obrigatória de componentes específicos, e o atingimento de taxas de reutilização/reciclagem e de taxas de valorização de REEE acima das metas legais;
- Participação activa no grupo de trabalho responsável, sob coordenação da APA, pela elaboração do projecto de diploma legal conducente à transposição da nova directiva REEE;



Internacionalmente há a destacar:

- Participação activa da AMB3E no desenvolvimento de projectos internacionais em curso no WEEE Forum, uma plataforma que congrega 39 entidades gestoras de REEE de 23 países Europeus;
- Participação no C(R)SO General Program e no Sounding Board da organização europeia representativa da fileira de iluminação;
- Participação no arranque do projecto WEEE 2020.



8.2. Objectivos e actividades para 2014

Para 2014, com a esperada transposição para o direito nacional da nova directiva REEE perspectivam-se ainda maiores desafios neste fluxo específico de resíduos. Nesse sentido é de esperar um maior rigor e controlo sobre as quantidades recolhidas de REEE, a nível nacional, não só pelo aumento do nível de recolhas bem como por uma melhor cobertura dos diferentes fluxos de tratamento pelos diferentes intervenientes do sector.

Nesta conformidade, a AMB3E continuará a acompanhar o processo conducente à atribuição da renovação da licença atinente ao fluxo específico de REEE, tendo por base este novo enquadramento legal.

Na área operacional, o enfoque da actividade da Associação manter-se-á no acompanhamento activo dos principais contratos de gestão de resíduos (nas vertentes recepção, processo logístico e tratamento e valorização), com vista à redução sustentada e contínua dos correspondentes gastos, não descurando contudo a apreciação de abordagens metodológicas alternativas ao modelo de gestão implementado.

Na área de comunicação e sensibilização, irá ser dada continuidade a projectos anteriormente iniciados com a comunidade escolar e outros parceiros relevantes no sector (APA, DGE e Quercus) nomeadamente o “Projeto 80” e o projecto “POW- Dá POWER ao Electrão”.



8.3. Análise dos Principais Agregados do Balanço

À data de encerramento dos períodos de 2013 e 2012, a posição financeira da AMB3E apresentava-se da seguinte forma:

Activo	Valor líquido 13	Valor líquido 12 (reexpresso)	Var.absoluta	Var.%
Activos fixos	455.433,00	694.759,84	(239.326,84)	-34,4%
Outros activos financeiros	8.705.000,00	8.705.000,00	-	0,0%
Dívidas de terceiros	712.087,00	819.900,45	(107.813,45)	-13,1%
Depósitos bancários e caixa	9.786.724,79	10.280.549,78	(493.824,99)	-4,8%
Acréscimos e diferimentos activos	2.437.598,65	2.300.699,65	136.899,00	6,0%
	<u>22.096.843,44</u>	<u>22.800.909,72</u>	<u>(704.066,28)</u>	<u>-3,1%</u>
Património e Passivo				
Património associativo	620.000,00	620.000,00	-	0,0%
Resultados transitados	(520.180,78)	1.551.472,05	(2.071.652,83)	-133,5%
Outras var. nos fundos patrimoniais	24.325,00	-	24.325,00	100,0%
Resultado líquido do período	2.401.846,87	(2.071.652,83)	4.473.499,70	-215,9%
Provisões	17.360.717,06	20.389.439,28	(3.028.722,22)	-14,9%
Dívidas a terceiros	1.380.022,56	1.824.255,21	(444.232,65)	-24,4%
Acréscimos e diferimentos passivos	830.112,73	487.396,01	342.716,72	70,3%
	<u>22.096.843,44</u>	<u>22.800.909,72</u>	<u>(704.066,28)</u>	<u>-3,1%</u>

(valores em Euros)

O decréscimo do activo total da Associação (de EUR 22.800.909,72 em 31 de Dezembro de 2012 para EUR 22.096.843,44 em 31 de Dezembro de 2013) resulta da combinação de uma série de factores, dos quais salientamos os seguintes:

- A nível dos activos fixos, o decréscimo de 34,4% reflecte o impacto das amortizações/depreciações do período, conforme detalhado no ponto 6. do anexo;
- Em sede de dívidas de terceiros, o decréscimo verificado face a 2012 (13,1%) é reflexo de: i) redução verificada no réditto da AMB3E e ii) resultados produzidos pelo contínuo esforço de cobrança desenvolvido no período;
- A evolução verificada na rubrica “depósitos bancários e caixa”, (decrécimo de 4,8% face a 2012 vs um decréscimo de 13,2% de 2012 face a 2011), revelando uma redução do ritmo de consumo das disponibilidades monetárias existentes, é demonstrativa da melhoria verificada no desempenho da Associação;
- A variação ocorrida em sede de acréscimos e diferimentos activos (6%) assenta fundamentalmente na evolução positiva dos ecovalores pendentes de facturação do



quarto trimestre (a emitir no primeiro trimestre do ano subsequente) e reflecte o crescimento de colocação de equipamentos no mercado entre períodos trimestrais homólogos;

- A evolução registada na rubrica de provisões (decrécimo de 14,9%), conforme melhor detalhado no ponto 14. do anexo, é fundamentalmente suportada pela redução do gasto operacional / ton atingida em 2013 (aproximadamente 39%), na medida em que este é um dos vectores chave do cálculo da mesma;
- O decréscimo verificado em dívidas a terceiros (24,4% face ao valor final de 2012) é demonstrativo do empenho assumido pela Associação na redução do seu volume de gastos, quer na área operacional, quer na área não operacional;
- Finalmente, o comportamento da rubrica “Acréscimos e diferimentos passivos” (mais 70,3% face a 2012) é assumidamente conjuntural, na medida em que tal variação incorpora fundamentalmente valores pendentes de facturação por parte de alguns dos nossos parceiros operacionais (serviços prestados em 2013 somente facturados em 2014), bem como o registo de indemnização estabelecida, a título de cessação de vínculo laboral, relativa a um Director departamental.



8.4. Análise dos Principais Agregados da Demonstração de Resultados

No tocante ao resultado das operações da Amb3E nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, respectivamente, o mesmo sintetiza-se da seguinte forma:

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Rendimentos	2013	2012	Var.absoluta	Var.%
Prestações de serviços	7.311.979,10	7.928.647,31	(616.668,21)	-7,8%
Outros rendimentos e ganhos	69.060,81	148.425,08	(79.364,27)	-53,5%
Rendimentos financeiros	354.780,39	472.935,13	(118.154,74)	-25,0%
	<u>7.735.820,30</u>	<u>8.550.007,52</u>	<u>(814.187,22)</u>	<u>-9,5%</u>
Gastos				
FSE - Gastos operacionais	5.188.716,70	7.607.525,98	(2.418.809,28)	-31,8%
FSE - Gastos não operacionais	1.481.191,24	1.660.478,88	(179.287,64)	-10,8%
Gastos com o pessoal	1.136.002,06	1.054.319,42	81.682,64	7,7%
Amortizações e ajustamentos	308.265,40	288.864,51	19.400,89	6,7%
Provisões	(3.028.722,22)	(40.327,00)	(2.988.395,22)	7410,4%
Outros gastos e perdas	245.752,68	45.063,34	200.689,34	445,3%
Gastos financeiros	2.767,57	5.735,22	(2.967,65)	-51,7%
Resultado líquido do período	<u>2.401.846,87</u>	<u>(2.071.652,83)</u>	<u>4.473.499,70</u>	<u>-215,9%</u>
	<u>7.735.820,30</u>	<u>8.550.007,52</u>	<u>(814.187,22)</u>	<u>-9,5%</u>

(valores em Euros)

A redução do total dos rendimentos, de EUR 8.550.007,52 no período findo em 31 de Dezembro de 2012 para EUR 7.735.820,30 no período findo em 31 de Dezembro de 2013 encontra suporte nos seguintes principais factores:

- Decréscimo de 7,8% na rubrica “prestações de serviços”, fundamentalmente como consequência da revisão em baixa da tabela de ecovalores, com produção de efeitos ao início de 2013;
- Decréscimo de 53,5% na rubrica “Outros rendimentos e ganhos”, fruto de: i) maturidade atingida pelos sistemas geridos pela Associação, na medida em que a sub-rubrica jóias apresenta uma redução de EUR 33.000 e; ii) inexistência, no presente ano, de recuperação de IVA relativo a regularização de saldos de aderentes;
- Relativamente aos rendimentos financeiros, o decréscimo verificado (25%) resulta essencialmente da redução da taxa média de rendibilidade das disponibilidades monetárias da Associação, redução essa claramente em linha com as restrições impostas pelo regulador aos diversos bancos a operar no mercado nacional;



Para a variação verificada nos gastos totais (de EUR 10.621.660,35 no período findo em 31 de Dezembro de 2012 para EUR 5.333.973,43 no período findo em 31 de Dezembro de 2013) concorreram os seguintes principais factores:

- Decréscimo de 31,8% em sede de fornecimentos e serviços externos / operacionais, reflectindo a produção de resultados da renegociação de contractos com diversos operadores que, enquadrando um aumento de produção total de 11,5% (32.092 toneladas geridas em 2013 vs 28.760 toneladas geridas em 2012) assentou numa redução do custo operacional por tonelada de cerca de 39% (EUR 161,68 em 2013 vs. EUR 264,52 em 2012);
- Decréscimo de 10,8% em fornecimentos e serviços externos / não operacionais, suportado essencialmente pela evolução dos gastos atinentes a comunicação e sensibilização; maior detalhe relativo à evolução verificada nesta rubrica poderá ser encontrado no ponto 18. do anexo;
- Acréscimo de 7,7% na rubrica “Gastos com o pessoal”, fundamentalmente reflexo do registo de indemnizações estabelecidas / acordadas, a título de cessação de vínculo laboral, relativas a dois Directores departamentais;
- Relativamente ao comportamento evidenciado pela rubrica “Provisões”, vide comentário acima inscrito, relativamente à análise dos principais agregados do balanço;
- Por fim, o acréscimo verificado na rubrica “Outros gastos operacionais” é fundamentalmente resultante do acordo celebrado entre a Associação e um seu ex-colaborador, por forma a encerrar uma questão atinente a danos não patrimoniais.

9. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Período

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do período findo em 31 de Dezembro de 2013.



10. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no período findo em 31 de Dezembro de 2013, no montante de EUR 2.401.846,87 (dois milhões quatrocentos e um mil, oitocentos e quarenta e seis euros e oitenta e sete cêntimos) seja integralmente transferido para resultados transitados.

Paço de Arcos, 25 de Fevereiro de 2014

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente MÍELE PORTUGUESA MÁQUINAS INDUSTRIAIS E ELECTRODOMÉSTICOS, LDA.	
Fileira 1 BSHP- ELECTRODOMÉSTICOS SOC.UNIPESSOAL, LDA.	
Fileira 1A DAIKIN AIRCONDITIONING PORTUGAL, SA.	
Fileira 2 GROUPE SEB IBÉRICA, SA.	
Fileira 4 SAMSUNG ELECTRÓNICA PORTUGUESA, SA.	
Fileira 5 OSRAM-EMPRESA DE APARELHAGEM ELÉCTRICA, LDA.	
Fileira 6 ROBERT BOSCH, SA.	
Fileira 8 SIEMENS, SA.	
Fileira 9 SIEMENS, SA.	
Fileira 10 WINCOR NIXDORF PORTUGAL, LDA.	
Fileira 11 BLACK & DECKER, LIMITED, SARL.	



11. Demonstrações Financeiras

11.1. Balanço

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Montantes
expressos em Euros

Rúbricas	NOTAS	DATAS	
		2013	2012 (reexpresso)
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	455.433,00	694.575,91
Activos intangíveis	7	-	183,93
Outros activos financeiros	8	8.705.000,00	8.705.000,00
		9.160.433,00	9.399.759,84
Activo corrente			
Clientes	9	554.330,32	719.127,78
Estado e outros entes públicos	10	97.784,70	81.692,30
Outras contas a receber	11	2.367.851,20	2.227.443,98
Diferimentos	12	129.719,43	92.336,04
Caixa e depósitos bancários	4	9.786.724,79	10.280.549,78
		12.936.410,44	13.401.149,88
Total do Activo		22.096.843,44	22.800.909,72
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Património Associativo	13	620.000,00	620.000,00
Resultados transitados		(520.180,78)	1.551.472,05
Outras variações nos fundos patrimoniais		24.325,00	-
Resultado líquido do período		2.401.846,87	(2.071.652,83)
Total dos fundos patrimoniais		2.525.991,09	99.819,22
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	17.360.717,06	20.389.439,28
Financiamentos obtidos	6,16	3.812,56	19.306,20
		17.364.529,62	20.408.745,48
Passivo corrente			
Fornecedores	15	1.262.923,43	1.616.965,57
Estado e outros entes públicos	10	30.059,39	26.282,00
Financiamentos obtidos	6,16	15.338,31	39.806,79
Outras contas a pagar	17	898.001,60	609.290,66
		2.206.322,73	2.292.345,02
Total do Passivo		19.570.852,35	22.701.090,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		22.096.843,44	22.800.909,72

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas



11.2. Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração de Resultados por Naturezas
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Montantes
expressos em Euros

Rendimentos e Gastos	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados		7.311.979,10	7.928.647,31
Fornecimentos e serviços externos	18	(6.669.907,94)	(9.268.004,86)
Gastos com o pessoal	19	(1.136.002,06)	(1.054.319,42)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(59.447,91)	(33.416,15)
Provisões (aumentos/reduções)	14	3.028.722,22	40.327,00
Outros rendimentos e ganhos	20	69.060,81	148.425,08
Outros gastos e perdas	21	(245.752,68)	(45.063,34)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.298.651,54	(2.283.404,38)
Gastos/reversões de depreciações e de amortizações	6,7	(248.817,49)	(255.448,36)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.049.834,05	(2.538.852,74)
Juros e rendimentos similares obtidos	22	354.780,39	472.935,13
Juros e gastos similares suportados	22	(2.767,57)	(5.735,22)
Resultado antes de impostos		2.401.846,87	(2.071.652,83)
Imposto sobre o rendimento		-	-
Resultado líquido do período		2.401.846,87	(2.071.652,83)

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas



11.3. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO		Património Associativo	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2012	1	620.000,00	4.876.564,96	0,00	(3.325.092,91)	2.171.472,05
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2		(3.325.092,91)		3.325.092,91	
			(3.325.092,91)	0,00	3.325.092,91	-
Resultado líquido do período	3				(2.071.652,83)	(2.071.652,83)
Resultado integral 4=2+3					1.253.440,08	(2.071.652,83)
Posição no fim do período 2012 5=1+2+3		620.000,00	1.551.472,05	0,00	(2.071.652,83)	99.819,22

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO		Património Associativo	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2013	1	620.000,00	1.551.472,05	0,00	(2.071.652,83)	99.819,22
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2		(2.071.652,83)	24.325,00	2.071.652,83	24.325,00
			(2.071.652,83)	24.325,00	2.071.652,83	24.325,00
Resultado líquido do período	3				2.401.846,87	2.401.846,87
Resultado integral 4=2+3					4.473.499,70	2.426.171,87
Posição no fim do período 2013 5=1+2+3		620.000,00	(520.180,78)	24.325,00	2.401.846,87	2.525.991,09

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas



11.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Montantes
expressos em Euros

	Notas	Períodos	
		2013	2012 (reexpresso)
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes		8.907.180,03	11.377.806,30
Pagamentos a Fornecedores		(7.594.283,20)	(10.587.278,98)
Pagamentos ao Pessoal		(666.878,56)	(589.886,75)
Caixa gerada pelas operações		646.018,27	200.640,57
Pagamento/ Recebimento do imposto sobre o rendimento		1.882,76	(2.430,62)
Outros Recebimentos/ Pagamentos		(1.427.920,51)	(1.424.234,55)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(780.019,48)	(1.226.024,60)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis		(17.798,50)	(293.982,09)
Recebimentos provenientes de:			
Activos Fixos Tangíveis			1.812,98
Juros e proveitos similares		357.747,64	683.653,33
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		339.949,14	391.484,22
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		(50.916,34)	(2.036.974,92)
Juros e gastos similares		(2.838,31)	(3.557,60)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(53.754,65)	(2.040.532,52)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(493.824,99)	(2.875.072,90)
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	10.280.549,78	13.155.622,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período.	4	9.786.724,79	10.280.549,78

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas



11.5. Anexo

1. Identificação da Entidade

A AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, doravante abreviadamente designada por Associação ou AMB3E, é uma associação sem fins lucrativos, constituída no dia 27 de Abril de 2005, por produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos. Surgiu para dar resposta às obrigações impostas pelo Decreto-Lei 230/2004 de 10 de Dezembro, que transpôs para a ordem jurídica nacional a Directiva nº2002/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003 e a Directiva nº 2002/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, alterada pela Directiva nº 2003/108/CE, do Parlamento do Europeu e do Conselho, de 8 de Dezembro, que consagraram o princípio da responsabilidade do produtor no financiamento e gestão dos resíduos dos seus próprios produtos colocados no mercado.

Nesta conformidade, a Associação encontra-se licenciada através, respectivamente, do despacho conjunto nº354/2006, de 27 de Abril, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, complementado pelo disposto no Despacho nº 1516/2012, de 1 de Fevereiro, dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Despacho nº 1262/2010, de 12 de Janeiro, do Secretário de Estado do Ambiente, para a organização e gestão de um sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGREEE) e de um sistema de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e de resíduos de pilhas e acumuladores industriais incorporáveis em equipamentos eléctricos e electrónicos (SGRPA).

A Associação está sediada na:

Quinta da Fonte, Edifício D. José - Piso 0

Rua Quinta da Quintã nº 1 – 1A

2770-071 Paço de Arcos

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos documentos disponíveis na Associação, de acordo com as regras e disposições constantes no regime da normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), tendo por base o princípio da continuidade.

As notas que se seguem, incluindo esta, estão apresentadas em Euros e respeitam a numeração estabelecida no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para as notas nº 1 a nº 4. Na desagregação destas notas, os pontos cuja numeração é omissa não se aplicam à Associação ou respeitam a factores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a factos não ocorridos durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012. A partir da nota nº 5, inclusive, utiliza-se a numeração sequencial para



a divulgação de todos os assuntos exigidos pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) que sejam aplicáveis à Associação e materialmente relevantes para os períodos a que respeitam as presentes demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se escriturados pelo método do custo. As amortizações são calculadas a partir do ano de entrada em funcionamento ou início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Equipamento básico – 6 anos

Equipamento de transporte – 4 anos

Equipamento administrativo – 3 a 10 anos

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de instalação, encontrando - se registados ao custo de aquisição. Estes activos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

Activos intangíveis

Nesta rubrica a Associação tem registados os gastos capitalizáveis atinentes a programas de computador, depreciados pelo método das quotas constantes, por duodécimos, pelo período de três anos.

Locação

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que a Associação age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente



todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens a que respeita o contrato, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

De acordo com o método financeiro actualmente vigente nas NCRF, o custo do activo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas, bem como a reintegração do activo, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de vigência do respectivo contrato de locação.

Instrumentos financeiros

A Associação regista os Investimentos financeiros ao custo de aquisição.

Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)”, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

Da análise, levada a cabo pela Associação, à perspectiva de realização das dívidas de terceiros, resultou o reconhecimento da imparidade dos valores em dívida há mais de 360 dias a 31 de Dezembro de 2013; desses, foram expurgados os atinentes a planos de pagamento aprovados e em pleno cumprimento das correspondentes condições.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

Especialização de períodos

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de períodos, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos na medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

Impostos

A partir do período de 2009, e de acordo com o art.º 53 do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) a AMB3E passou a ser isenta de IRC, com excepção dos rendimentos de capitais (tal como são



definidos para efeitos de IRS) a uma taxa liberatória de 21,5%, uma vez que a Associação não pratica qualquer actividade comercial, industrial ou agrícola. Saliente-se que a Associação não é sujeita a derrama pelo mesmo motivo.

Provisões

É política da Associação reconhecer provisões quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra um exfluxo de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

O cálculo do reforço da provisão tem por base o produto do gasto médio de gestão operacional incorrido em cada período pelo volume de resíduos a gerir em anos futuros, adveniente dos equipamentos colocados no mercado nesse mesmo período.

O cálculo da reversão da provisão assenta no período de vida útil médio verificado para a globalidade das categorias legais de equipamentos, agregando as diversas tipologias e considerando o ano de colocação no mercado de cada categoria legal de equipamentos como primeiro ano para a reversão da provisão, sendo então esta consumida numa base directamente proporcional ao número de anos de vida útil estimada para cada uma das categorias legais.

Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

O subsídio ao investimento, a fundo perdido, recebido da Agência Portuguesa do Ambiente, é registado no balanço como “Outras variações nos fundos patrimoniais”, sendo reconhecido em resultados proporcionalmente às reintegrações dos activos subsidiados, durante o período de vida útil estimado para os mesmos.

Réditos

O rédito proveniente das prestações de serviços é registado no momento em que os aderentes da Associação reportam os mapas de quantidades colocadas no mercado de um determinado trimestre, altura em que a Associação está em condições de mensurar o rédito de forma fiável.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A Associação classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.



A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de investimento e de financiamento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições, alienações e correspondentes recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a contractos de locação financeira.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Associação utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

4. Fluxos de caixa

A caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários.

Os saldos de caixa e depósitos bancários a 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 apresentavam a seguinte decomposição:

	<u>2013</u>	<u>2012 (reexpresso)</u>
Caixa	830,60	1.500,00
Depósitos à Ordem	119.894,19	668.049,78
Depósitos a Prazo	9.666.000,00	9.611.000,00
	<u>9.786.724,79</u>	<u>10.280.549,78</u>



Os depósitos a prazo, à data de 31 de Dezembro de 2013 e 2012, encontravam-se aplicados em diversas instituições financeiras, a taxas de juros nominais de 1,00% a 4,50% (2013) e de 1,64% a 4,75% (2012).

A taxa média de rendibilidade das aplicações efectuadas no período de 2013 foi de 2,36% (4,27% em 2012).

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Dada a intenção do Conselho de Administração em deter até a maturidade as obrigações em carteira no valor de EUR 8.700.000,00, em 31 de Dezembro de 2013 procedeu-se à reclassificação deste valor de activo corrente para activo não corrente, tendo sido efectuada a respectiva reexpressão para efeitos comparativos.

6. Activos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis foi o seguinte:

	Equipamento				Total
	Básico	Transporte	Administrativo	Em curso	
ACTIVO BRUTO					
Saldo Inicial	1.372.489,85	58.468,57	205.687,22	28.272,50	1.664.918,14
Aquisições				9.490,65	9.490,65
Alienações					-
Transferências, Abates e Regularizações	32.045,00			(32.045,00)	-
Saldo Final	1.404.534,85	58.468,57	205.687,22	5.718,15	1.674.408,79
DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS					
Saldo Inicial	(796.148,14)	(25.696,81)	(148.497,28)	-	(970.342,23)
Depreciações do Exercício	(214.636,45)	(14.617,08)	(19.380,03)		(248.633,56)
Alienações					-
Transferências, Abates e Regularizações					-
Saldo Final	(1.010.784,59)	(40.313,89)	(167.877,31)	-	(1.218.975,79)
ACTIVO LÍQUIDO	393.750,26	18.154,68	37.809,91	5.718,15	455.433,00

O equipamento básico é constituído maioritariamente por contentores designados “Pontos Electrão”, sendo que a totalidade desses mesmos equipamentos se encontram implantados em propriedade alheia, ao abrigo de diversos protocolos celebrados entre a Associação e os seus parceiros, no âmbito da actividade para a qual a mesma se encontra licenciada.

No ano de 2013, a Associação concluiu a instalação de 5 pontos electrão exteriores, ao abrigo de um convénio celebrado com a Agência Portuguesa do Ambiente, e que representaram a totalidade do investimento efectuado no ano.



O detalhe dos bens em regime de locação financeira em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 era o seguinte:

Rubrica / bem	2013		2012	
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamento básico				
ponto electrão - 515 unidades	863.200,00	742.684,22	120.515,78	264.411,22
Sub-total - equipamento básico	863.200,00	742.684,22	120.515,78	264.411,22
Equipamento de transporte				
viatura matrícula 27-LH-21	30.637,53	22.339,84	8.297,69	15.957,07
viatura matrícula 78-LS-42	27.831,04	17.974,17	9.856,87	16.814,63
Sub-total - equipamento de transporte	58.468,57	40.314,01	18.154,56	32.771,70
Total de bens em locação financeira	921.668,57	782.998,23	138.670,34	297.182,92

7. Activos intangíveis

A totalidade do saldo que compõe esta rubrica refere-se a programas de computador, os quais, para efeitos de depreciação, atingiram a plenitude da sua vida útil. O movimento ocorrido no período findo em 31 de Dezembro de 2013 foi o seguinte:

	Programas de computador	Total
ACTIVO BRUTO		
Saldo Inicial	85.956,07	85.956,07
Aquisições	-	-
Alienações, Abates e Regularizações	-	-
Saldo Final	85.956,07	85.956,07
DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS		
Saldo Inicial	(85.772,14)	(85.772,14)
Depreciações do período	(183,93)	(183,93)
Alienações, Abates e Regularizações	-	-
Saldo Final	(85.956,07)	(85.956,07)
ACTIVO LÍQUIDO	-	-



8. Outros Activos Financeiros

A Associação detém EUR 8.700.000,00 em sede desta rubrica, referentes a dois blocos de obrigações emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, com maturidades nos anos 2018 (EUR 4.200.000,00) e 2019 (EUR 4.500.000,00).

Nesta rubrica está também registada, ao custo de aquisição, a contribuição para o património associativo da Associação Nacional para o Registo de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos (ANREEE).

9. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica de clientes apresentava as seguintes maturidades:

<u>A receber</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
< 90 dias	398.914,40	458.720,97
90 - 180 dias	89.902,75	60.481,59
> 180 dias	65.513,17	199.925,22
	554.330,32	719.127,78

Relativamente ao ajustamento de dívidas a receber, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 apresentava os seguintes saldos, conforme movimentação que abaixo se expressa:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo Inicial	134.793,45	413.389,23
Utilizações		(312.011,93)
Reversões	(28.055,01)	(23.263,18)
Reforços	87.502,92	56.679,33
Saldo Final	194.241,36	134.793,45

10. Estado e Outros entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldos devedores		
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	97.784,70	81.692,30
Saldos credores		
Imposto Sobre o Rendimento. P. Singulares	(14.549,94)	(11.745,58)
Contribuições para a Segurança Social	(15.509,45)	(14.536,42)
	(30.059,39)	(26.282,00)



De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos a nível de segurança social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Nesta conformidade, as declarações fiscais da Associação relativas aos períodos de 2010 a 2013 poderão ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Associação entende que eventuais correcções resultantes de revisões / inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013.

11. Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos componentes desta rubrica apresentavam a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Juros a receber	140.630,81	149.064,77
Ecovalores a receber	2.098.876,96	1.936.990,06
Outros devedores por acréscimos de proveitos	68.371,45	122.308,78
Outros devedores e credores	<u>59.971,98</u>	<u>19.080,37</u>
	2.367.851,20	2.227.443,98

Na sub-rubrica “Juros a receber” encontram-se registados os montantes de juros respeitantes às diversas aplicações financeiras da Associação, corridos até 31 de Dezembro de 2013 e 2012, mas só efectivamente recebidos após essa data.

Em sede da sub-rubrica “Ecovalores a receber” encontram-se registados os montantes de facturação referentes ao último trimestre dos anos 2013 e 2012, cuja emissão ocorreu a partir do mês de Janeiro de 2014 e 2013; o cálculo de tal montante teve por base os mapas reportados e facturados no início de 2014 e 2013.

Na sub-rubrica “Outros devedores por acréscimos de proveitos”, estão reconhecidos os montantes referentes a notas de crédito, pendentes de emissão por parte dos correspondentes fornecedores.

Por fim, na sub-rubrica “Outros devedores e credores”, o valor mais relevante que compõe o saldo a 31 de Dezembro de 2013 refere-se ao registo do subsídio atribuído pela Agência Portuguesa do Ambiente (vide ponto 6. do anexo), cujo fluxo monetário ocorreu em Janeiro de 2014.



12. Diferimentos

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é decomposto como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Seguros Liquidados	42.237,83	40.216,48
Rendas Liquidadas	6.540,15	12.994,81
Formação	4.056,00	-
Outros custos diferidos	76.885,45	39.124,75
	<u>129.719,43</u>	<u>92.336,04</u>

Relativamente ao período de 2012, a variação verificada em sede da sub-rúbrica “Outros custos diferidos” assenta fundamentalmente em facturação atinente a projectos de comunicação de duração plurianual.

13. Património Associativo

O património inicial da Associação é constituído pela contribuição efectuada pelos seus sessenta e dois associados fundadores, por uma entrega cujo valor individual ascendeu a EUR 10.000,00.

A 31 de Dezembro de 2013, o Património Associativo é de EUR 620.000,00 respeitante à contribuição dos Associados Fundadores, encontrando-se integralmente realizado.

14. Provisões

Tomando por base o normativo vigente, designadamente o disposto nas NCRF 21 e 26, e assumindo a obrigação presente da AMB3E - na recolha de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos / REEE e de resíduos de pilhas e acumuladores / RPA - decorrente de acontecimentos passados (colocação no mercado Nacional, por parte dos aderentes da AMB3E, de equipamentos eléctricos e electrónicos / EEE e pilhas e acumuladores / PA, cuja responsabilidade pelo fim de vida foi pelos mesmos transposta para a Associação no momento da correspondente adesão) é entendimento desta entidade que deve ser reconhecida a responsabilidade atinente aos gastos com a recolha e tratamento de tais resíduos, geradora de exfluxos de recursos financeiros em anos futuros, sendo que a correspondente estimativa pode, à data de hoje, ser medida com fiabilidade.

Nesta conformidade, a componente de aumento / reforço da provisão toma por base as metas anuais de recolha de resíduos definidas nos termos do licenciamento aplicável à actividade da AMB3E, estimando por esta via as quantidades para recolha e tratamento em períodos futuros, decorrentes das suas acções passadas e geradoras de obrigação presente.

A componente de diminuição / reversão assenta nos períodos de vida útil estimada para cada uma das categorias de equipamentos eléctricos e electrónicos legalmente definidas, considerando



a melhor informação disponível para o efeito, suportada em bases de dados de reconhecido mérito, a nível internacional.

Critério de Mensuração

O cálculo do reforço da provisão no presente período (aplicado de forma consistente face a períodos anteriores) teve por base o produto do gasto médio de gestão operacional de REEE efectivamente incorrido em 2013 (EUR 161,68 / tonelada) pelo volume de REEE a gerir em anos futuros, decorrente do volume de EEE em 2013 colocados no mercado pelos aderentes da Associação, atendendo ao enquadramento legal actual, nomeadamente o expresso nos termos da licença relativa ao SIGREEE, estimado em 27.629 toneladas para o ano de 2013.

Para o cálculo da reversão da provisão foi considerado um período de vida útil médio de sete anos para a globalidade das categorias legais. Tal período resultou da pesquisa levada a cabo pela AMB3E junto de duas bases de dados de referência para o sector, nomeadamente a disponível no National Institute for Environmental Studies (Japão) e a disponível na United Nations University, órgão ligado à ONU. A metodologia utilizada assentou na agregação, por categoria legal, das diversas tipologias de equipamentos eléctricos e electrónicos constantes nas atrás referidas bases de dados, considerando posteriormente o período de vida útil como o resultante do mínimo das médias simples obtidas para cada categoria legal. Na aplicação deste critério considerou-se o ano de colocação no mercado de cada categoria legal de EEE como primeiro ano para a reversão da provisão, sendo então esta consumida numa base directamente proporcional ao número de anos de vida útil estimada para cada uma das atrás aludidas categorias legais.

Movimentos ocorridos

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

	Outras Provisões	Total
Quantia Escriturada inicial	20.389.439,28	20.389.439,28
Reforço	4.467.086,18	4.467.086,18
Diminuições	(7.495.808,40)	(7.495.808,40)
	<u>(3.028.722,22)</u>	<u>(3.028.722,22)</u>
Quantia Escriturada final	17.360.717,06	17.360.717,06



15. Fornecedores

O detalhe a 31 de Dezembro de 2013 do saldo de fornecedores correntes eram os seguintes:

<u>Designação</u>	<u>Saldo</u>
INTERCYCLING Sociedade de Reciclagem, S.A	113.307,71
RECIELECTRIC - Resíduos de Equipamentos Eléctricos	146.539,35
Renascimento, Gestão e Reciclagem de Resíduos, Lda	103.060,70
AMBITRENA - Valorização e Gestão de Resíduos SA	92.097,61
Constantino Fernandes Oliveira & F.ºs S.A.	41.759,61
HILL & KNOWLTON PORTUGAL SA	33.062,40
3 DRIVERS - ENGENHARIA, INOVAÇÃO E	28.782,00
Ambicare Industrial - Tratamento de Resíduos, S.A.	19.192,89
HERLOX CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO, UNIPessoal, LDA	16.424,19
GÓMEZ-ACEBO & POMBO ABOGADOS, SLP.	15.204,00
PLMJ - SOCIEDADE DE ADVOGADOS DE RE	14.490,60
COMPTA - EQUIP. SERV. INFORMÁTICA, SA.	12.324,60
REVALOR - Recuperação e Valorização de Resíduos, L	11.492,29
VALNOR, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólid	11.128,72
Outros	604.056,76
	1.262.923,43

É de referir que os saldos acima discriminados representam cerca de 52% do total da rubrica a 31 de Dezembro de 2013.

16. Financiamentos obtidos

Os montantes inscritos nesta rubrica, com referência a 31 de Dezembro de 2013, respeitam integralmente a contratos de locação financeira, pelo que a responsabilidade total de EUR 19.150,87 se encontra repartida entre passivo não corrente (EUR 3.812,56) e passivo corrente (EUR 15.338,31), em função da data dos correspondentes términos.

17. Outras contas a pagar (passivo corrente)

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos componentes desta rubrica apresentavam a seguinte composição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Credores por acréscimos de gastos	830.112,73	487.396,01
Outros credores	67.888,87	121.894,65
	898.001,60	609.290,66



O saldo da sub-rubrica “Credores por acréscimos de gastos” é composto conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remunerações a liquidar	210.451,60	184.565,31
Outros credores por acréscimos de gastos	619.661,13	302.830,70
	830.112,73	487.396,01

O saldo da sub-rubrica “Outros credores por acréscimos de gastos”, respeita fundamentalmente à aplicação do princípio do acréscimo às despesas referentes à área de gestão de resíduos, facturadas em 2014 mas incorridas no período de 2013, bem como ao registo da indemnização estabelecida, a título de cessação de vínculo laboral, relativa a um Director departamental.

18. Fornecimentos e serviços externos

No âmbito desta rubrica destacaram-se, pela sua materialidade, os seguintes saldos:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Subcontratos	5.188.716,70	7.607.525,98
Trabalhos Especializados	567.713,32	578.211,64
Publicidade e Propaganda	558.596,52	737.055,36
Honorários	49.905,62	47.993,84
Rendas e Alugueres	151.510,87	107.213,95
Deslocações e Estadas	25.777,31	33.129,06
Comunicação	39.715,79	50.815,85
Materiais	42.146,41	46.826,68
Combustíveis	13.955,62	18.374,24
Seguros	8.026,34	10.341,14
Outras despesas	23.843,44	30.517,12
TOTAL	6.669.907,94	9.268.004,86

Na rubrica “Subcontratos” estão registados os gastos directos com a operação de gestão de resíduos nomeadamente, recepção e triagem, transporte e tratamento e valorização, assumindo particular relevância - no decréscimo verificado no período de 2013 - a revisão das condições contratuais junto dos principais parceiros operacionais da Associação.

A rubrica “Trabalhos Especializados” é fundamentalmente composta por serviços subcontratados de informática, por serviços de consultoria à área de gestão de resíduos e por serviços jurídicos.

Relativamente à rubrica “Publicidade e Propaganda”, o decréscimo verificado, face ao ano 2012, encontra suporte no reforço da opção da AMB3E, de concentrar os meios financeiros à sua disposição em acções de menor visibilidade global, mas de efectivo impacto junto dos alvos seleccionados como primordiais na passagem da mensagem de sensibilização para o tratamento ambientalmente responsável dos resíduos de EEE e PA.

No decurso de 2013, e no âmbito das acções especificamente direccionadas para a comunidade escolar, a Associação manteve o apoio ao “Projeto 80” e deu início a uma nova iniciativa



denominada “POW_Dá POWER ao Electrão”. Esta nova acção irá decorrer até meados de 2014 e aposta fundamentalmente no recurso às redes sociais para a sua divulgação / dinamização.

Na rubrica “Honorários” estão fundamentalmente registados os gastos com auditoria externa de apoio à área de gestão de resíduos.

A rubrica “Rendas e alugueres” contempla essencialmente os gastos com o arrendamento de instalações da Associação (espaço de escritórios e espaço de armazenamento de contentores “Ponto Electrão”) e com o aluguer / *renting* de viaturas.

19. Gastos com o Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos componentes desta rubrica apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remunerações	728.313,48	782.204,34
Encargos sobre remunerações	177.673,08	152.476,04
Indemnizações	148.244,20	35.814,79
Seg. Acid de Trab e Doenças Prof.	53.620,85	59.746,75
Outros gastos c/ Pessoal	28.150,45	24.077,50
TOTAL	1.136.002,06	1.054.319,42

Relativamente ao decréscimo verificado na sub-rubrica “Remunerações”, o mesmo assentou fundamentalmente no impacto (total em 2013, apenas parcial em 2012) da cessação do vínculo laboral de um dos Directores departamentais da Associação.

Em sentido inverso, os acréscimos notados nas sub-rubricas “Encargos sobre remunerações” e “Indemnizações” reflectem o registo de montantes estabelecidos / acordados, a título de cessação de vínculos laborais, relativos a dois Directores departamentais. Ainda a este propósito, vide pontos 21 e B) de “outras informações” do presente anexo.

O número médio de pessoal da entidade ao longo dos dois últimos anos, e o número de pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro 2013 e de 2012, foi de:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Número médio de empregados	15	15
Número de empregados no fim do período	15	15



20. Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica é composto pelo seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contribuição de Jóias - Utentes	54.500,00	87.500,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.349,75	3.022,69
Alienações - Activos Fixos Tangíveis	-	1.812,98
Correcções relativas a períodos anteriores	-	29,49
Outros não especificados - Recuperação IVA	-	51.942,85
Outros não especificados	13.211,06	4.117,07
	69.060,81	148.425,08

No que respeita a jóias de adesão, estas são obtidas com a entrada de novos aderentes, sendo que a correspondente contribuição varia consoante o volume de negócios de EEE ou PA de cada aderente.

21. Outros Gastos e Perdas

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos	1.678,59	2.912,93
Taxas	14.751,97	16.251,03
Dívidas incobráveis - clientes	-	1.245,45
Correcções relativas a períodos anteriores	100,00	1.497,49
Quotizações	17.755,97	16.756,00
Insuficiência da estimativa para impostos	547,86	2.430,62
Indemnização por danos não patrimoniais	191.000,00	-
Outras penalidades	17.046,31	-
Multas não fiscais	-	254,71
Outros não especificados	2.871,98	3.715,11
	245.752,68	45.063,34

Relativamente às sub-rubricas mais relevantes, importa referir:

- a sub-rubrica “Taxas” contempla fundamentalmente os montantes referentes às taxas de gestão de resíduos relativos ao SIGREEE e SIGRPA;
- relativamente à sub-rubrica “Quotizações”, a mesma releva essencialmente os *fees* anuais de participação da AMB3E numa associação pan-europeia de entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos;
- a sub-rubrica “ Indemnização por danos não patrimoniais” refere-se integralmente ao complemento de indemnização paga ao ex- Director Comercial e de Comunicação da Associação, no âmbito do acordo celebrado, sanando dessa forma o diferendo existente;



- na sub-rubrica “Outras penalidades” encontra-se registado o montante acordado com o proprietário das anteriores instalações da Associação, a título de resolução de litígio que opunha as partes.

22. Juros e rendimentos similares obtidos e juros e gastos similares suportados

Na rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” estão incluídos os montantes respeitantes à remuneração de depósitos a prazo e de outros activos financeiros da Associação, líquidos das taxas liberatórias sobre os mesmos aplicados.

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” é composta fundamentalmente pelos juros suportados em sede das rendas incorridas no período de 2013, relativamente aos contractos de locação financeira em vigor.

23. Outras Informações:

A) Remuneração dos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais nos períodos de 2013 e 2012, foram de, respectivamente:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Conselho de Administração	83.600,00	68.250,00
Conselho Fiscal	12.000,00	13.200,00
	<u>95.600,00</u>	<u>81.450,00</u>

B) Processos judiciais em curso

A Associação moveu uma acção judicial a um seu ex-fornecedor de serviços de informática, ascendendo tal acção ao montante de EUR 1.214.000. Nos registos contabilísticos da Associação constam, à data de 31 de Dezembro de 2013, cerca de EUR 440.000 pendentes de pagamento a tal fornecedor.

Quanto a processos de natureza criminal, em Dezembro de 2013 foi proferido despacho de acusação, por parte do Ministério Público, relativamente a queixa-crime apresentada pela AMB3E contra dois seus ex-colaboradores e incertos. Neste âmbito, a Associação deduziu um pedido de indemnização cível, no montante aproximado de EUR 1.045.000.

No tocante à área laboral, a acção movida em 2012 contra a Associação por parte do seu ex-Director Comercial e de Comunicação foi extinta por acordo entre as partes, devidamente homologado por sentença judicial. Tal acordo envolveu o pagamento de EUR 191.000 a título de danos não patrimoniais (vide ponto 21. do presente anexo), para além de um acerto (cerca de EUR 18.000) ao montante inicialmente posto à disposição, a título de compensação por extinção do posto de trabalho.



C) Garantias Bancárias

Com referência a 31 de Dezembro de 2013, a Associação é responsável pela solicitação de emissão de garantias bancárias a favor de terceiros, conforme detalhe abaixo:

Entidade beneficiária	Entidade emissora	Data de emissão	Valor (EUR)
Repsol Portuguesa, S.A.	Caixa Geral de Depósitos	2009-01-05	6.000,00
IVG - Institutional Funds GMBH - Sucursal em Portugal	Banco Espírito Santo	2011-12-14	31.296,00
Agência Portuguesa do Ambiente	Banco Espírito Santo	2012-02-28	10.263,90

D) Posição da Associação perante a Administração Fiscal e a Segurança Social

O Conselho de Administração informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº534/80 de 7 de Novembro.

Dando cumprimentos ao estipulado no Decreto-Lei nº411/91 de 17 de Outubro, o Conselho de Administração informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada.

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas



12. Certificação Legal das Contas



Horwath & Associados, SROC, Lda.
Member Crowe Horwath International

Edifício Scala
Rua de Vilar, 235 - 2º andar
4050-626 Porto, PORTUGAL
+351 22 605 17 80 Tel
+351 22 605 17 89 Fax
audit@crowehorwath.pt
www.crowehorwath.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos (“Associação”), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de 22.096.843,44 Euros e um total de fundos patrimoniais de 2.525.991,09 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.401.846,87 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Inscrição na OROC n.º 186 - Registo na CMVM n.º 9171 - NIPC 506 942 155 - Capital Social 51.300 Euros I.G.R.G. Porto

Lisboa: Avenida Miguel Bombarda, 21, 3º Esq. - 1050-161 Lisboa
Tel: +351 21 319 00 90 - Fax: +351 21 354 15 59



6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 13 de março de 2014



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA
Representada por Carla Manuela Serra Galdes (ROC 1127)

13. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

F.
R
Cury

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores,

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2013.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo artº. 31 dos Estatutos, acompanhámos regularmente a atividade da Associação, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efectuado, complementado pelas informações prestadas pelo Revisor Oficial de Contas membro do Conselho Fiscal, é nossa convicção que o relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, os quais apreciamos, são suficientemente esclarecedores da situação da Associação e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Apreciamos igualmente a Certificação Legal das Contas datada de 13 de março de 2014 emitida pelo Revisor Oficial de Contas, a qual não inclui reservas nem ênfases e que merece a nossa concordância.



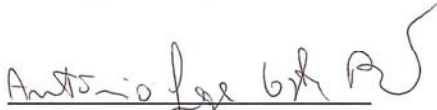
PARECER

Considerando as análises e trabalhos efetuados, e tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e a concordância que a mesma nos merece, somos de parecer que a Assembleia Geral da AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do período findo em 31 de dezembro de 2013;
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Porto, 13 de março de 2014

O CONSELHO FISCAL



António Costa Brás
António Costa Brás em representação da
Phillips Portugal, S.A. - Presidente



Norberto Mendes
Norberto Mendes em representação da
Legrand Eléctrica, S.A. - Vogal



Carla Manuela Serra Galdes
HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA. - Vogal

Representada por:

Carla Manuela Serra Galdes, ROC nº 1127



Contactos

Quinta da Fonte, Edifício D. José – Piso 0
Rua Quinta da Quintã N.ºs 1 e 1A
2770 - 071 Paço de Arcos

Tel. : (+351) 21 416 90 20
Fax.: (+351) 21 416 90 39

Email: AMB3E@AMB3E.pt
www.amb3e.pt